

Neoliberalismo: a lógica irracional do capitalismo em decadência¹

Neoliberalism: the irrationality of decaying capitalism

Natália Perdomo dos Santos*

Resumo: Este artigo propõe analisar, a partir de uma perspectiva pautada na tradição inaugurada pela obra marxiana, os fundamentos constitutivos do neoliberalismo, que o configuram como uma estratégia de reprodução do capitalismo tardio. Emergente no processo de maturação da sociedade burguesa, o neoliberalismo reformula a ação do Estado para adaptá-lo às necessidades impostas pelas novas formas de gestão da acumulação que, diante da hegemonia do capital portador de juros, só pode garantir a valorização do valor com um poder destrutivo incontrolável. Este movimento revela a barbárie que constitui este modo de produção, e especialmente exposta nos países de capitalismo dependente. Resulta desta etapa a reconfiguração das relações e dos seres sociais em suas múltiplas dimensões, que incorporam nos costumes o irracionalismo do capitalismo em decadência. Este é o marco a partir do qual será tecida uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos Dardot e Laval, exposta no livro 'A Nova Razão do Mundo'. O livro, apesar de propor-se crítico ao neoliberalismo, limita-se à epiderme do problema para salvaguardar a lógica estrutural da sociedade burguesa, representando, neste sentido, a típica deformação ideológica desta etapa corrente.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Capitalismo tardio; Marxismo; Dardot e Laval.

Abstract: This article aims to analyze, from a perspective grounded in the tradition inaugurated by Marx's work, the constitutive foundations of neoliberalism, which configure it as a strategy of reproduction of late capitalism. Stemming from the maturation process of bourgeois society, neoliberalism reformulates State's action to adapt it to the needs imposed by the new forms of accumulation management, which, in face of the hegemony of interest-bearing capital, can only guarantee the valorization of value with an uncontrollable destructive power. It reveals the barbarism that constitutes this mode of production, especially in dependent capitalist. This stage results in the reconfiguration of the entirety of relations and social beings, which come to express the irrationalism of decaying capitalism in customs. This is the framework from which a critique will be woven of the mystifying thought formulated by the Foucauldians Dardot and Laval, as exposed in the book 'The New Reason of the World.' Despite purporting to be critical of neoliberalism, the book only scratches the surface of the problem to safeguard bourgeois society, representing, in this sense, the typical ideological deformation of this current stage.

Keywords: Neoliberalism; Late capitalism; Marxism; Dardot & Laval.

¹ Esta análise foi elaborada a partir da revisão bibliográfica trabalhada na disciplina Política Social e Serviço Social, integrante do curso de doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ministrada pela professora Dra. Elaine Rosseti Behring.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2439-8474>

Introdução

Este artigo propõe analisar os fundamentos constitutivos do neoliberalismo que, no curso do processo de maturação da sociedade burguesa, configuram-no como a expressão irracional do processo de reprodução do capitalismo tardio e revelam a barbárie constitutiva dessa sociabilidade.

A análise que o sustenta foi elaborada no curso dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, responsável pela investigação dos atos golpistas que, no dia 8 de janeiro de 2023, buscaram dar continuidade ao governo neofascista que estava em curso. Os acontecimentos desse período sugeriam a suposta derrota da ultradireita, responsável pelo recrudescimento genocida do neoliberalismo no Brasil. A história demonstra, contudo, que a conservação das relações burguesas está intrinsecamente atada à violência como expressão do irracionalismo que norteia a etapa em curso e que extrapola as fronteiras nacionais.

A partir do mirante (Lowy, 1998) da emancipação da classe trabalhadora como pressuposto à emancipação humana, será tecida, na segunda parte do texto, uma crítica ao pensamento mistificador formulado pelos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, exposta em *A Nova Razão do Mundo*. O livro, que identifica *manifestações imediatas* do tempo corrente e que se propõe crítico ao neoliberalismo, tem ganhado relevância, inclusive no serviço social. Seus limites, todavia, o mantêm circunscrito às estreitas fronteiras fenomênicas das transformações societárias, incutindo-lhe contornos incognoscíveis que salvaguardam a sociedade burguesa.

É neste rastro que “a categoria da totalidade como pedra angular da gnose social” (Netto, 1981, p. 41) segue como pressuposto que leva à defesa da tradição teórico-metodológica inaugurada por Marx, cuja ortodoxia, distante de negar a necessidade permanente de elaborações teóricas capazes de dar conta das novas manifestações do real, extrai do seu movimento histórico a sua verdade.

1 - A longa etapa neoliberal e a espiral da violência no capitalismo tardio

A derrota eleitoral do governo Bolsonaro foi a luz no final de mais um longo túnel atravessado pelos trabalhadores na história brasileira. A intentona golpista repetia em Brasília o fracasso de Donald Trump e seus asseclas no Capitólio. As investigações subsequentes resultaram em escândalos diários, que permitem demonstrar – aos que insistem em não saber – que o finado governo fora um esquema de espoliação e superexploração (Marini, 2022) articulado sob a gerência de uma horda que congregava estirpes que não se pode adjetivar.

As notícias parecem a muitos “compensadoras”, como pílulas de esperança, figuradas na possibilidade de, como diria Herbert Vianna (1995), “fazer justiça uma vez na vida”. Isso se dava ainda que o legado de sua destruição se perpetuasse em distintas dimensões de nossa sociabilidade, como na subsunção do Estado ao capital portador de juros, expressa no Novo Arcabouço fiscal de 2023, que, apesar de mitigar a insanidade austericída (Granemann, 2019) do Teto de gastos de Bolsonaro, mantém a condição permanente de ajuste fiscal (Bhering, 2018), sangrando o fundo público e as políticas sociais em nome do pagamento de dívidas infundáveis e não auditadas.

O alívio, contudo, não é à toa. Sem precisar de um só disparo, foram cerca de 700 mil – e subnotificadas – mortes por covid-19, até o ano de 2022. Tamanho desterro resultou não do movimento reprodutivo do RNA viral, mas de um governo irracionalista, cujo projeto de extermínio encontrou respaldo profícuo para sua tarefa no combate à ciência, à confiabilidade popular na capacidade preventiva das vacinas e às medidas protetivas garantidoras do isolamento social. Contudo, é preciso atentar-nos: o irracionalismo é característica não de um dado governo, mas de uma longa etapa² de desenvolvimento da sociedade burguesa, na qual sucumbem as categorias forjadas pela Modernidade. Para o pensamento liberal, não há mais espaço para o humanismo, para o historicismo concreto, para a dialética e nem tampouco para a razão (Coutinho, 2010).

E se o reacionarismo virulento que se expressou política, econômica e ideologicamente em Bolsonaro não será com ele enterrado, tampouco o avanço do neofascismo (Boito, 2020) se faz particularidade nacional para dar-se por derrotado. Nos mesmos canais que noticiam a revenda e a recompra das joias sauditas em nome do inelegível ex-presidente, assistimos nossos vizinhos argentinos rumarem ao abismo no qual, a menos de um lustro, caímos.

Seguramente, a vitória nas prévias eleitorais da tosca figura de Javier Milei não se sustenta sobre as excentricidades de um candidato tão ultra(neo)liberal a ponto de defender a comercialização de órgãos³, para compensar o despojo dos direitos. Os projetos políticos que radicalizam seu *modus operandi*, localizando-se à direita dos liberais clássicos, refletem o “espírito deste tempo”, ainda que portem diferentes traços, variáveis de acordo com o terreno no qual emergem. Podem ser abertamente xenofóbicos na Europa, como não poderiam ser no Brasil; revelam aqui um peso militarista explícito, como não seria aceito na Argentina. Podem

² Etapa esta que não demora a revelar-se na história da burguesia, que encontra os limites de seu sistema filosófico na contradição da sociedade de classes, que a partir de 1848, tornava-se incontestante.

³ Liberdade que não contempla a legalização do aborto, que há tão pouco tempo poderia ter encontrado seu rumo na Argentina para salvar as vidas das mulheres postas na clandestinidade.

até ser autodeclarados anarco-capitalistas, como Milei; mas, em última instância, convergem sempre em uma mesma desembocadura: na radicalização neoliberal, amplificadora do conjunto das desigualdades. Para tal, podem admitir cariz neofascista, sustentados na apologia à violência e na defesa do extermínio dos inimigos, na crítica superficial ao sistema, em que suportam o autoritarismo e o engessamento das instituições liberais e na existência de um movimento social que apoia suas características. Foi assim com Bolsonaro e com aquele que, no pior e mais provável cenário, venha a ser o próximo presidente argentino.

Embora este breve comentário não trate de uma análise da conjuntura, ela corrobora o debate porque, quando analisada criticamente, expressa a trajetória societária na qual se articula. Tratamos, sim, da análise do movimento da lógica irracional da sociedade burguesa, agudizada pela etapa chamada tardocapitalismo por Mandel (1982). Esta foi inaugurada pelas transformações societárias que eclodem na década de 1970, ainda que previamente germinasse no processo metabólico da sociedade da mercadoria, e agrega contradições que incorporam e vão além daquelas discutidas por Lenin na análise do Imperialismo clássico (Netto, 2011).

Este estágio de desenvolvimento do capital, que só pode ser superado pela própria superação do capitalismo, permanentemente admite novas e distintas formas, que se tornam cada vez mais violentas, conforme se generalizam. Sua reprodução traz consigo um caminho para sua viabilização: o *Neoliberalismo*, que, em 1973, ensaia no golpe militar de Pinochet sua ascensão e hegemonia, é expressão da urgência em acelerar os processos de rotação de capitais, no curso da incontornável tendência decrescente da taxa média de lucros. Esta condição vai atravessar a idade dos monopólios e se tornará mais profunda a cada nova depressão econômica, ainda que os fatores contrarrestantes do capital (Marx, 2017) possam criar ondas ascendentes em determinados intervalos históricos.

O neoliberalismo, e a violência que o caracteriza, toma força no processo de maturação e apodrecimento das relações tipicamente burguesas, e impõe a reformulação da economia e da ação do Estado, que serão capazes de criar o caldo cultural necessário à constituição de um novo ser social, adequado às novas demandas da produção e reprodução social do tardocapitalismo. O desencadeamento da neoliberalização, no curso do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade (Trotsky, 1977), conforme o próprio Estado, admitirá formas particulares de manifestação nas distintas regiões do mundo. Tais diferenças, no entanto, serão costuradas por determinações de caráter universalizante, sendo o fortalecimento da fração

parasitária da burguesia, que ascende com a hegemonia do capital portador de juros⁴, a mais incontestável.

A tomada da direção societária por essa forma capital engendra uma incompatibilidade insustentável entre as transações financeiras da riqueza imaterial e aquela que se pode de fato enfiar nos bolsos. Este cenário leva à busca constante por novos nichos de acumulação que permitam a captura de valores reais, capazes de sanear, ainda que temporariamente, o desequilíbrio entre a ficção e o valor real socialmente produzido. A resultante objetiva na vida do trabalhador é a agudização da precariedade, que se consolida não apenas no Brasil, ou no conjunto dos países dependentes, como é de costume, mas que embrenha suas raízes pelo mundo como uma incontrolável avalanche de destruição.

Apesar da aceleração dos motores expansionistas da burguesia monopolista, o capital funcionante encontra óbices cada vez maiores à extração do valor capaz de remunerar a si mesmo e ao capital portador de juros. Por isso, a captura do fundo público formado pelo trabalho e sua conversão em capital torna-se essencial ao processo ampliado de reprodução capitalista, atingindo, conforme Behring (2021), níveis qualitativamente distintos das etapas anteriores. Este mecanismo se demonstrou, depois do desenvolvimento da indústria bélica e das guerras necessárias à realização de suas mercadorias, como a melhor alternativa para tentar dar corpo aos fantasmas da especulação (Marx, 2017), os quais, por mais que se esforcem, não encontram lastro equivalente na realidade.

Esta “tarefa” não é simples e impõe a subordinação geral do conjunto social, como sinaliza Fontes (2010). É preciso converter bens naturais em commodities, assalariados em empreendedores individuais que recorrem ao capital portador de juros na tentativa de abrir ou desafogar seus negócios. Direitos são convertidos em privilégios, empregados em colaboradores, solidariedade em concorrência. Valores decrépitos se insinuam como novos, o que só é possível a partir de uma profunda alteração da morfologia do trabalho (Antunes, 2013) transformadora da própria classe que, fragmentada, é condicionada a uma práxis individualizada e estéril. Para tal condução, constitui-se, a despeito da ideologia do minimalismo, um Estado que é mais forte do que nunca. Mais que isso, um Estado que é máximo para o capital (Netto, 2011), que, em nome de sua gigantesca corpulência, tudo engole, deixando para o trabalho, e só para ele, o Estado mínimo.

⁴ Importa salientar que essa hegemonia do capital portador de juros não resulta de uma disputa entre frações da burguesia, mas sim do limite imposto pelo próprio desenvolvimento da sociedade à realização de mercadorias, que encontram cada vez mais dificuldades para efetuar seu "salto mortal" (Marx, 2014, p. 180) e garantir o metabolismo societário.

Por isso, as novas manifestações do neofascismo ainda que decaiam numa nação, reerguem-se em outras, seja através de um mandato ou de uma nova guerra, sem nunca tornar a violência prescindível, se considerarmos o complexo em processo de totalização (Lukács, 2003) que internacionalmente caracteriza a sociedade burguesa. A violência multifacetada é a força motriz principal da permanência da sociedade da mercadoria, sejam elas concretas ou intangíveis, e ainda que sua brutalidade opere nos marcos dos regimes democráticos. Desvela assim os limites históricos atingidos por uma sociabilidade que, para garantir sua reprodução tardia, hipertrofia sua condição predatória, adquirindo tamanha capacidade destrutiva, que assume contornos autofágicos.

Certamente, não se discute que a sociedade do capital e seu Estado se equilibram entre a coerção e o consenso para manter a sua ordem anárquica. Esta é a marca das relações sociais fundadas na antinomia do capital e trabalho, desde que a classe operária se tornou capaz de buscar sua projeção societária particular, que é nada mais do que a destruição de todo particularismo de classes. Mesmo os regimes declaradamente autocráticos tiveram de caminhar por estes atilhos contraditórios e complementares. E é esta antinomia que não deixa alternativa: se a necessidade de valorização dos capitais não permite concessões à classe trabalhadora, ainda que como tal esta não se reconheça, é preciso engrossar o caldo da força bruta. O consenso, originalmente materializado nas políticas sociais – que internacionalmente são resumidas pela privatização, focalização, descentralização neoliberal (Behring, 2003) – é cada vez garantido pela ideologia irracionalista.

Encontramos assim a existência de um fio condutor que conecta não apenas os traços da barbárie burguesa, que na década de 1970 cria novos e mais profundos modos de ser, à barbárie contemporânea. As autocracias, que outrora tomaram os países de capitalismo dependentes para conter a ação revolucionária ascendente, foram pressupostos necessários à nova onda neoliberalizante, por terem sido capazes de aniquilar não apenas as organizações do trabalho, mas os seus oponentes e os espaços de sociabilidade que cultivavam as novas gerações de lutadores. Permitiram ao capital um ganho de tempo indispensável para seu rearranjo.

Neste percurso, os regimes democráticos são convertidos em regimes suficientes para o desenvolvimento da violência neoliberal em toda a sua essência e o neofascismo, como fenômeno novo (Boito, 2020), não emerge como resposta a uma ameaça revolucionária a ser derrubada; mas como meio de garantir o avanço da acumulação capitalista para além das barreiras da superexploração, eliminando as reminiscências da velha socialdemocracia, dentro dos próprios marcos do seu regime.

O neoliberalismo consolida-se como *estratégia* fundamental de conservação da sociedade burguesa, sem a qual não seria possível garantir o equilíbrio, cada vez mais instável, do processo de valorização do valor e neutralizar a revolta, mesmo que despolitizada, desorganizada e em estado de pulverização, que se expressará frente a um modo de produção e reprodução social que esgotou suas capacidades civilizatórias (Mészáros, 2002). E não necessariamente por sua eficácia, mas pela falta de alternativas – haja vista a incapacidade de reverter uma crise que passa a portar caráter estrutural (Mészáros, 2009) – tornou-se, até então, incontornável à permanência do tardocapitalismo.

Tal afirmação está, contudo, distante de sugerir que os fenômenos sociais típicos do neoliberalismo contemporâneo se apresentem como na década de 1970. Outrossim, diante de crises cada vez mais profundas e longas, que não apenas se defrontam com a queda das taxas de lucro, mas também com a queda da massa de lucros, como ocorrido na crise dos *subprimes* de 2008, o capital é obrigado a reinventar-se. E, sem dúvidas, é pleno de capacidades para tal, ainda que revele sua essência destrutiva. Essa se expressa não somente na economia, mas no meio ambiente, na política, na decadência ideológica, nas capacidades intelectivas e práticas da humanidade, em seu estado psicofísico, na estética, na vida do novo ser social, forjado à imagem e semelhança do capitalismo decadente.

Essa base material sobre a qual sustentamos a crítica ao neoliberalismo, no entanto, não é consensual mesmo entre seus críticos. A própria cultura herdeira do estruturalismo, que é expressão teórica e ideológica da etapa decadente do capital, é capaz de olhar-se no espelho e, ao contrário de Narciso, achar feio o que vê. Só não pode perscrutar sua imagem a ponto de reconhecer nela um conteúdo que também faz parte do problema.

Como todo produto social, o neoliberalismo se transforma no curso de seu desenvolvimento, mas somente a partir de seus fundamentos ontológicos e não dos discursos produzidos sobre si mesmo, pode ser compreendido e enfrentado. Esse é o caminho teórico-metodológico oposto ao percorrido pela crítica romântica, avessa não à sociedade de classes, mas à razão moderna, e que, ao livrar-se “das categorias capazes de apreender subjetivamente essa racionalidade objetiva, categorias que englobam, superando, as provenientes do “saber imediato” (intuição) e do “entendimento” (intelecto analítico)” (Coutinho, 2010, p. 28), não é capaz de extrair a essência da realidade, que é senão expressa por seu movimento.

2 - Dardot, Laval e a Razão dos franceses

A obra *A nova razão do Mundo*, dos foucaultianos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, publicada na França em 2009, chega ao Brasil em um momento *sui generis* de nossa história. O golpe de novo tipo (Demier, 2017) ocorreu em um país cuja ideia de nação foi forjada à base de sucessivos golpes de Estado, mas que, no ano de 2016, testemunhou a capacidade renovadora de “suas tradições”. A derrubada de um governo democraticamente eleito se sustentou não pela força dos canhões, mas sobre os próprios alicerces do regime democrático. Deu-se fim ao segundo mandato de Dilma Rousseff, sem que ataques misóginos fossem poupados. Foi interrompida a sequência de governos petistas, deterioradas as já rarefeitas conquistas deste período e destruídos os direitos históricos, ainda que insuficientes, que o antecederam.

Neste cenário, as teses de Dardot e Laval ganham eco considerável no campo crítico à viragem da burguesia, que assume a gestão do Estado a partir de seus representantes diretos. São especialmente insufladas pela necessária imposição de pensarmos as transformações do neoliberalismo, diante de um cenário de generalizada insegurança e dilaceração vertiginosa das condições de vida.

O ensaio dos franceses propõe analisar o que seria o processo de continuidades e roturas ocorridas desde a naturalização das teorias constituídas pelos liberais clássicos do século XVIII. Apontam que a exacerbação do *Laissez-faire* teria sido interrompida pelo que os autores chamam de “crise de governamentalidade do liberalismo”, desdobrada do que chamamos nós de emergência da “questão social”. Essa crise de legitimidade teria compelido o remanejamento teórico e interventivo do papel do Estado, que precisava dar respostas políticas para enfrentar os processos de disputa que, especialmente a partir da Comuna de Paris de 1871, musa inspiradora da vitoriosa Revolução Soviética de 1917, ameaçavam a reprodução da sociedade burguesa.

Este movimento gerou uma rápida reação, que teve como marco o Colóquio Walter Lippmann, de 1938, quase dez anos antes da formação da Sociedade Mont Pèlerin, como bem sinalizam os autores. No Colóquio, surge um conjunto de elaborações que permaneceria marginal por mais de 30 anos, mas que bem definiu duas correntes de um nascente pensamento *neoliberal*: o ordoliberalismo alemão, encabeçado por Walter Eucken e Wilhelm Röpke, e o neoliberalismo austro-americano, que teve Friedrich Hayek como principal expoente. Essas correntes não pretendiam reabilitar o liberalismo clássico, como demonstrou Friedman (2003) com a popularização da renda básica universal, na década de 1960. Prenunciavam uma política

que refletiria o porvir, mas que somente se expressaria no fim da onda longa ascendente que marcou a década de ouro do capitalismo.

Os autores, todavia, não apenas declaram suas intenções de pensar o neoliberalismo desde as raízes até a sua morfologia contemporânea. Eles se ocupam, antes de mais nada, da crítica aos seus analistas, ou mais precisamente aos analistas marxistas, como exposto na introdução do livro. Neste primeiro momento, anunciam o propósito de enfrentar o que, segundo eles, caracterizaria um erro de diagnóstico realizado acerca do Neoliberalismo.

Dardot e Laval parecem admirados com a longevidade neoliberal ao identificarem sua permanência, ainda que em meio à crise de 2008, famosos neoliberais, como Joseph Stiglitz, anunciassem prematuramente a derrocada do projeto que defenderam. Levantam, assim, com inegável truísmo, a questão que não quer calar: como é possível que apesar das tão perversas consequências das políticas neoliberais, elas sigam existindo, sem encontrar pelo mundo maiores resistências?

A chave de resposta desta questão não tarda a aparecer em *A Nova Razão do mundo*. Ela estaria exatamente na política, mas não na macropolítica. Propõem os autores a noção biopolítica de Foucault⁵, que enfatiza a influência do poder sobre os corpos, que são tanto alvo quanto agentes das relações de poder, gerando um estado de sujeição dos indivíduos entre si e consigo mesmos, independentemente da própria ação do Estado. Dardot e Laval discutem o neoliberalismo pela via da reflexão sobre o modo de governo e suas estratégias, abordando não apenas o que chamam de aspectos negativos – como os direitos que ele destrói –, mas o que ele é capaz de criar no campo das relações sociais, e que determinará uma forma de existência, uma dada subjetividade produzida pelo “admirável mundo novo”⁶, que é o seu neosujeito.

É a partir do marco do problema da *governamentalidade*⁷, desenvolvido por Foucault no curso *Segurança, território, população*, e apresentado no *Collège de France* (1977-1978), que Dardot e Laval acreditam traçar o diagnóstico correto sobre o neoliberalismo, desconstruindo “os limites do marxismo”; ou daquilo que a parelha acredita ter entendido das correntes – múltiplas, distintas e muitas vezes divergentes – que do pensamento Marxiano derivam, mas que, como batatas, são por eles postas no mesmo saco.

⁵ Michel Foucault foi um historiador e filósofo pós-estruturalista francês.

⁶ O romance de Aldous Huxley foi publicado em 1932 e apresenta um mundo distópico, que combina tecnologia, manipulação psicológica e uma profunda alteração das relações sociais.

⁷ A questão da governamentalidade não se finda apenas na ação do Estado, mas compreende o conjunto de instituições e articulações capazes de gerar uma conduta disciplinadora das ações individuais, que resultam na gestão do corpo social.

Teremos assim a proposição de que os marxistas se fecham na concepção “que faz da ‘lógica do capital’ um motor autômato da história”; “reduzem a história a uma repetição dos mesmos roteiros, com as mesmas personagens vestidas com novos figurinos”. Os franceses afirmam ainda que a tendência à centralização de capitais exposta em *O capital* caracterizaria uma lei natural, e encontram no marxismo o suposto e requentado determinismo da “ruína final” e do socialismo como desaguadouro inevitável da história. Em síntese, e conforme os próprios, não seria possível contentar-nos com Karl Marx e Rosa Luxemburgo para desvendar os mistérios da contemporaneidade, pois insuficiente seria “a interpretação marxista, por mais atual que seja” (Dardot; Laval, 2023, p. 21).

Apesar de buscarem uma posição original, supostamente destacada tanto do pensamento dominante quanto da tradição marxista, a posição “não ortodoxa” dos autores combina ecleticamente matrizes teórico-metodológicas absolutamente distintas. Independente dos vieses que daí derivam, é notório que a defesa de sua tese é precedida da crítica a Marx, ainda que com a superficialidade dos liberais. Incidem assim na mesma vulgata que vem sendo utilizada desde o século XIX, para deformar e falsificar a teoria Marxiana e assim justificar a ordem do capital. E o fazem, ainda que não se declarem defensores da sociedade burguesa, mas por considerarem que este não é mais o ponto central ou por desconsiderarem qualquer horizonte que a ultrapasse, como fica expresso no fatalismo que norteia a obra.

2.1 - O Estado e o neoliberalismo

Os franceses afirmam que, ao contrário da visão simplista de que os mercados teriam conquistado o Estado e, a partir disto, dominado a sua política, teria sido justamente através deste que se daria a universalização do modelo empresarial na economia. Põem-se, desta forma, a desenvolver uma discussão assemelhada ao velho questionamento sobre se o primeiro a chegar teria sido o ovo ou a galinha, quando já há muito se sabe que galinhas não podem anteceder a existência dos ovos.

Não obstante, e buscando acordos com os próprios autores, que recuperam corretamente a concepção de que o mercado não pode atuar sozinho, sendo do Estado a mão não tão invisível que garante sua motilidade, podemos afirmar que tampouco atuaria o Estado como ser flutuante sobre as classes e dotado de interesses próprios. Nos demonstra a história – e desta não se pode abrir mão – que é a disputa de projetos societários e a correlação de forças estabelecida em cada particularidade do tempo e do espaço a determinante não apenas do tipo de governo, mas do tipo de regime e, em situações especiais, do tipo de Estado que será instituído.

Certamente, devemos enfatizar o papel decisivo do Estado para o que chamou Chesnais (1996) de “mundialização do capital”, mas não se pode perder de vista que a constituição das sociedades produtoras de excedentes, antecede o Estado como forma de organização social. Destaca-se ainda que o Estado não é uma coisa – como bem dizia Marx sobre o próprio capital (2014), nem um ser monolítico. Deve ser entendido, conforme Harvey (2006), como uma relação social em processo, que se materializa historicamente através de um conjunto de forças e instituições que determinam e normatizam elementos da sociabilidade, inclusive daquilo que caracteriza a transgressão. Mandel (1985, p. 335) afirma que “suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias”, pois muito antes da sociedade das mercadorias, também o Estado estava posto, nas suas distintas formas, respondendo pela manutenção de uma dada ordem, que preponderava socialmente.

Os Estados não assumem, nem tampouco ditam por conta própria diretrizes políticas ou econômicas conflitantes com aquelas que se tornam dominantes na vida social. Às barbas da Fiesp⁸ não seria possível legislar sobre a socialização dos meios de produção, como fizeram os soviéticos, pois o Estado é um produto histórico posto no desenvolvimento societário, que atua sobre os conflitos de interesses particulares de classes, com a premissa de proteger aqueles que se constituíram como dominantes. O Estado feudal garantia assim o domínio dos proprietários de terra e atrasou em diversas nações o processo de desenvolvimento de uma burguesia mercantil. Para que chegasse, portanto, a trabalhar em prol da universalização da “lógica da concorrência e [d]o modelo de empresa” (Dardot; Laval, 2023, p. 19), a direção do Estado precisou ser tomada pela burguesia por meio de uma revolução. Revolução que inaugura a existência de uma autonomia *relativa* do Estado frente à nova dinâmica societária, e cujas funções, como demonstrou Mandel (1982, p. 333), não poderiam ser “puramente superestruturais”⁹.

É no capitalismo que a economia e a política aparecem pela primeira vez como esferas separadas, através de um processo de despolitização da vida social, mediada pela erosão das antigas feudalidades (Marx, 2017). Esta conformação, contudo, se dá através de um destacamento entre a forma jurídico-política e o conteúdo societário. O Estado moderno institui uma universalidade abstrata, expressa nos “direitos iguais”. A supressão do particularismo estamental legalmente determinado nas sociedades feudais¹⁰, emancipou politicamente a

⁸ Federação das indústrias do estado de São Paulo.

⁹ Importa lembrar que a alegoria da estrutura e superestrutura tem finalidade pedagógica e trata de relações se articulam na realidade.

¹⁰ Particularismo legal também presente nas sociedades escravagistas, como o Brasil.

burguesia, e garantiu a manutenção das desigualdades concretas postas na estrutura social e que se tornaram cada vez mais complexas.

Mandel (1982) vai demonstrar ainda que o Estado Moderno é a forma organizativa da burguesia. Na idade dos monopólios, ele robustece sua ossatura, na medida em que a constituição do proletariado como classe para si (Marx, 2018) impõe a admissão de novas funções que, para além da ação coercitiva pura, sejam capazes de criar consenso. Esse alargamento faz também com que a autonomia do Estado se expanda, inclusive para protegê-lo em seu parlamento da disputa por políticas sociais, mas sem que seu caráter “relativo” seja suprimido.

A despolitização da sociedade e a deseconomização do Estado não podem, assim, impedir que a política seja obra da sociedade, nem que a economia seja alvo de intervenção do Estado, pois essa divisão de tarefas oculta relações que se entrecruzam na totalidade da vida social, ainda que tal articulação não seja manifesta na aparência imediata dos fenômenos. No entanto, o esforço realizado para defender a existência de uma primazia da política sobre a economia, ou ainda mais, um destacamento entre ambas, é tamanho em Dardot e Laval, que os impedem de perceber que o Estado “foi capturado pela lógica monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais” (Netto, 2011, p. 26).

Isto foi bem demonstrado pela onda de estatizações operada pelo “Estado mínimo” norte-americano que, em 2008, e a despeito da defesa do não intervencionismo, salvou da bancarrota instituições financeiras tais quais Fannie Mae e Freddie Mac. O Estado no tardocapitalismo é o Estado de uma forma capital despreocupada com a criação de empregos em massa, que impulsionem o consumo também massivo de mercadorias. É o Estado do capital portador de juros, preocupado em facilitar a migração internacional de capitais, a venda de títulos e “papéis podres”, e a conversão do fundo público formado pelo trabalho em capital. Mas, Dardot e Laval incorporam no seu discurso o divórcio entre forma e conteúdo que particularizam a sociedade burguesa e admitem que não é o enfrentamento à burguesia o problema contemporâneo, pois os corpos convertidos em empresas que dominam a si mesmos constituem novos poderes. Aqui demonstra-se o direcionamento teórico-metodológico dos autores, que invocam Foucault em toda a sua essência proto pós-moderna (Rodrigues, 2006)

E o que é o neoliberalismo para Dardot e Laval? Para os franceses, o neoliberalismo ou a “racionalidade neoliberal” teria se desenvolvido a partir da década de 1980, e não resultaria da aplicação prática das elaborações da década de 30. Estaria voltado para a gestão de uma

nova tecnologia de controle social que, para além do Estado, produzisse o que chamam de “novo sujeito” e a “racionalização do desejo”. (Dardot; Laval, 2023, p. 333).

É interessante notar como nesta síntese nossos autores negam a relevância da experiência chilena que, ao sul do mundo, qualificou a ascensão de Reagan e Thatcher, e abriu caminho ao que chamam Dardot e Laval (2023, p. 17) de “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de *governo* dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Afirmam ainda, que o *modus operandis* admitido “neste caso”, teria sido um “método particular” de uma situação particular (Dardot; Laval, 2023, p. 20). Caberia ao argumento dos franceses que hoje não é mais *necessário* queimar, à luz do dia, os corpos vivos de seus adversários, como fez no Chile a patrulha militar com Rodrigo Rojas e Carmen Gloria Quintana, no ano de 1986. E, de fato, a história demonstrou que, em dadas condições de desmantelamento das organizações da classe trabalhadora, é a própria democracia burguesa um terreno suficiente à expansão do neoliberalismo.

Nos países dependentes, que experimentam as capacidades destrutivas do capitalismo decadente em todas as esferas da vida, ainda que o avanço neoliberal possa preservar formalmente as liberdades políticas, não é possível evitar a violência como método para sua realização, pois a “queima” não apenas dos adversários, mas do conjunto dos excedentes do capital é elemento imprescindível à reprodução do tardocapitalismo.

Esse movimento tem implicações sobre recursos naturais, como demonstram, por exemplo, os desastres provocados pelo aquecimento do planeta. Afetam até mesmo os capitais constantes, como evidencia a desindustrialização no Brasil¹¹. Não obstante, são os trabalhadores, especialmente aqueles trajados pela fantasia do empreendedorismo, que seguem como a lenha mais importante da fogueira do capitalismo, em suas novas e diversas formas.

As teses sobre o pós-trabalho, que caminham lado a lado com as de Dardot e Laval, para os quais não há mais classes, apenas sujeitos atomizados, são refutadas pela realidade quando, no curso da pandemia de COVID-19, a burguesia implora para que os trabalhadores enfrentem a morte e salvem a economia. Isso demonstra não apenas que o capitalismo é incapaz de produzir riquezas sem o trabalho, mas que o faz sem nunca preterir a eliminação física. Opera seja pela fome, pelo COVID, pelos tiros que, apesar da democracia, tiraram a vida Marielle Franco em 2018, como o fazem com aqueles que, no campo, se levantam contra a expansão do

¹¹ Ainda que a mecanização do campo constitua fábricas a céu aberto, estamos tratando de produtos de baixo valor agregado, incomparáveis com a produção do que Marx (2017b) categorizou como departamentos I e II da produção.

latifúndio, ou no extermínio racial que diariamente controla nas favelas brasileiras o modo de ser dos trabalhadores negros, que constituem a camada mais pauperizada desta classe.

Para Dardot e Laval o neoliberalismo seria então uma nova racionalidade desenvolvida a partir de dados artificiais voltados à construção do “homem-empresa ou do sujeito empresarial (...) inteiramente imerso na competição mundial” (Dardot; Laval, 2023, p. 322). Os franceses inclusive reivindicam Marx para afirmar a tese de que a subjugação cumpre papel principal na história; mas, para quê? O movimento pela dominação, segundo os autores, se apresenta como um circuito que gira em torno de si mesmo, no qual todos dominam e são dominados, não havendo finalidade e nem direcionamento.

Concordemos, todavia, com Dardot e Laval quando afirmam que o neoliberalismo emprega técnicas de poder inéditas. Inéditas, contudo, também foram as técnicas do Imperialismo clássico, como a realização da Primeira Guerra Imperialista (Lenin, 2005) da história da humanidade, como recurso voltado à disputa por mercados. Tais transformações do neoliberalismo identificadas pelos franceses indicam, tão somente, a gigantesca plasticidade do próprio capitalismo, que se renova para seguir existindo. E se não há dúvidas de que as técnicas elaboradas na sua operacionalização foram capazes de engendrar condutas e subjetividades que lhes são particulares, podemos igualmente afirmar que a capacidade de transformar as relações e a conduta do ser social não é novidade nem característica especial, que a partir desta nova etapa teria se inaugurado.

Vejamos o fordismo, que consolidou a idade dos monopólios no início do século XX. A introdução da esteira constituiu muito mais do que uma técnica de produção. Forjou o operário-massa, estável, rígido, fragmentado pelo trabalho repetitivo. Operários que, por um lado, projetavam o *american way of life* no ideário fetichizado das camadas populares e fomentava o consumo massivo de mercadorias; por outro, era capaz de desenvolver solidariedade de classes, através da reunião do sofrimento comum e compartilhado nas grandes fábricas. Instituiu um tipo particular de que já estavam postas na sociabilidade burguesa, um *ethos* social que exigia “um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova estética, uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista” (Harvey, 1992, p. 121).

Estes termos se tornaram absolutamente incompatíveis com as demandas correspondente à ascensão do capital portador de juros. Um novo *ethos* é cultivado, como bem percebem Dardot e Laval, e segue profundamente ligado à forma como o trabalho se desenvolve nesta nova etapa, como nos demonstrou Marx e Engels (2007). E não foi por acaso que a construção desta nova subjetividade, que é o “ponto forte” da obra de Dardot e Laval, foi

precedida por profundas modificações, operadas pelas sucessivas reestruturações produtivas, as parteiras dos diversos “modos de ser da informalidade” (Antunes, 2013, p. 14), que implicaram diretamente no modo de ser da classe.

E se é verdade que as capacidades e características portadas pelo neoliberalismo hoje não poderiam ser previstas na década de 1930, já que anteceder a realidade não é habilidade da não-teoria neoliberal, tampouco se pode negar que o Estado seguiu à risca as orientações de Hayek (2022) sobre a necessidade de destruir o poder de pressão dos sindicatos. A partir daí, e sucessivamente, foi possível criar manifestações novas e inimagináveis pelos pioneiros.

Dardot e Laval afirmam que “A originalidade do neoliberalismo está no fato de criar um novo conjunto de regras que definem não apenas outro regime de acumulação, mas também, mais amplamente, outra sociedade” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Seguramente, o *regime* de acumulação capitalista admite distintas formas no processo histórico, que vão determinar *modos de regulação* que consistem exatamente nas engrenagens cambiáveis, que serão capazes de garantir a reprodução do regime de acumulação. Dardot e Laval somente não puderam explicar, ao longo de todo livro, qual seria a “nova sociedade” por eles identificada.

Contudo, a *nova gestão* da acumulação de capital, que caracterizou o regime de acumulação flexível (Harvey, 1992) acelerou as contradições de uma sociabilidade que forja relações antissociais, instáveis, efêmeras e fungíveis, que admitem as formas da mercadoria conforme ela se apresenta nesta etapa. Sociabilidade esta que é precarizada, assim como o são os trabalhadores polivalentes, terceirizados, quarteirizados, deprimidos pela insegurança do dia de amanhã, cada vez mais desprotegidos, a ponto de perderem até o “status de assalariado”. E “se o comportamento dos indivíduos (...) não é mais inteiramente descritível e prescritível” (Dardot; Laval, 2023, p. 342), essa extrema individuação é desdobrada da exaustão, da busca permanente pela inovação, da instabilidade permanente da vida, que atomizaram a classe, a cada dia mais heterogeneizada, pulverizada e imersa no estranhamento.

A eliminação da regulação sobre a relação capital/trabalho, serviço ao qual o Estado neoliberal se dedica, catalisa a transformação do ser social em empresas que concorrem entre si. É a base material de um convencimento ideológico, que se dá pela interiorização das deformações sociais na psique do ser, demonstrando que “aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido” (Iasi, 2017, p. 108). Só assim foi possível converter a classe trabalhadora em “empreendedores de si mesmos”, a serem responsabilizados por manter, inclusive, os meios de produção utilizados na exploração de si mesmos, operada via aplicativos. O trabalhador entende-se como “proprietário de capital humano” (Dardot;

Laval, 2023, p. 346). E assim seguem como meros detentores de sua força de trabalho, sem sequer encontrar onde pô-la à venda.

E se o trabalhador não está mais 14 horas por dia confinado à fábrica, como outrora, tem sua vida transformada em um impulso permanente para o trabalho de sua empresa/corpo. E tudo isso, porque não é o capitalismo, e nem tampouco o neoliberalismo em si, apenas um regime de acumulação, mas um conjunto de relações sociais que avança na reificação e reproduz no ser social as características necessárias à reprodução do capitalismo decadente.

Dardot e Laval (2023, p. 24), entretanto, afirmam categoricamente que “a sociedade neoliberal não é reflexo de uma lógica do capital”. Concordamos mais uma vez. Ela não é reflexo, pois é *A lógica irracional* do capital em tempos de decadência societária. A lógica organizativa que permite que o hiato existente entre a riqueza imaterial negociada pelo capital fictício e a riqueza real socialmente produzida possa ser mitigado. E essa mitigação só pode ser dada pela captura de valores reais, visto que o capital portador de juros nada produz (Iamamoto, 2007), que no fundo público, formado pelo trabalho, encontra recurso fundamental ao distensionamento de uma inquebrantável crise de liquidez.

2.2 - A crítica ao marxismo que não leu Marx

De fato, não é possível esperar de Marx uma decodificação do neoliberalismo ou subsídios suficientes para a análise do conjunto das relações contemporâneas. A obra de Marx não configura um saber total, e sua epistemologia é subordinada ao modo de ser do objeto que investiga, o que determina seu caráter ontológico. Isto quer dizer que a teoria do conhecimento proposta por Marx não se destina a elaborar uma teoria geral do ser genérico (Netto, 2009) pois o conhecimento decorre precisamente do ser socialmente determinado ao qual nos pomos a estudar, sendo tal objeto também determinante da forma de conhecê-lo.

Esta concepção metodológica hipoteca o conhecimento à perquirição sucessiva da realidade que, para ser apreendida, demanda esforços investigativos permanentes, já que o real é um processo dinâmico contraditório e em constante transformação. Aventar a hipótese de que Marx, Rosa, Lênin ou Trotsky *bastariam* para a leitura das relações contemporâneas seria um erro atroz e a primeira mutilação do método Marxiano. Negá-los, contudo, não acarreta um erro menor.

2.2.1 - Em defesa do marxismo

É no próprio desenvolvimento da sociedade burguesa que a História se consolida como o guia imprescindível para a compreensão do movimento da sociabilidade humana ao longo do

tempo; e demonstra que nela somente é permanente a sua incapacidade de manter-se estática. A dialética e a história vertebram a filosofia da práxis, desenvolvida por Marx, no curso da sua obra. É justamente a materialidade em movimento que permitiu a descoberta da lei do valor, regente da sociedade burguesa em todas as suas fases. É esta que sustenta a perspectiva revolucionária que compreendeu a amovibilidade da realidade, na qual “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem” (Marx, 1986, p. 17). Isto resulta de uma concepção

do mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. (Engels, 1979, *apud* Netto, 2010, n.p.)

Desenvolver-se – o que não necessariamente se equipara a uma ideia valorativa de positividade e progresso – é condição da sociabilidade humana, acelerada pelo salto ontológico alçado através do trabalho. O capitalismo, que é contradição em processo, dinamiza essa capacidade como nenhuma outra forma social e no curso do neoliberalismo, não poderia ser diferente. Esta concepção cambiante e contraditória da vida social atravessa a obra Marxiana e é, de fato, surpreendentemente vulgar a acusação de que aos olhos do marxista a história poderia apresentar-se sempre igual, pois nada pode ser menos marxista do que tal afirmação.

A leitura de Marx e do marxismo realizada por Dardot e Laval objetivamente bebe mais do estruturalismo, que também influenciou a crítica de Foucault, referência *hors concours*¹² dos autores. Consiste aí o primeiro erro de Dardot e Laval, que os impede de ir além dos detratores clássicos do marxismo e se não servirá de arrimo aos que seguirão, muito os ajudará. Categoricamente, podemos afirmar que os autores miram em Marx, mas atingem o maniqueísmo desdobrado do que chamou Lefebvre (1979) de dia-mat, ou dialética materialista estalinista.

Em tempo, a lógica do capital não é, para Marx, o motor da história; ao contrário, a lógica do capital torna-se um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas, entendidas como um sistema que vai além do desenvolvimento da tecnologia, que abarca a natureza e a humanidade em sua objetividade e subjetividade. Por isso, a crise que atravessamos e que tem a radicalização do neoliberalismo como desdobramento, tampouco poderia ser entendida pelo marxista como uma crise qualquer, como afirmam os franceses.

Importa lembrar que é sobre isso que Rosa Luxemburgo tratava quando bradava “socialismo ou barbárie”. Ela demonstrava não a existência de um caráter teleológico da história

¹² Fora de concurso ou referência incomparável.

em Marx, ou do que nossos autores chamariam de determinismo da “ruína final”. Não se trata em nenhuma hipótese – o que inclusive traria muito conforto e descanso aos lutadores – de tratar o socialismo como um dado inescapável, que um dia chegará. Trata-se apenas de historicizar o capital que, como qualquer produto da humanidade, não pode ser eterno e que, se não for socialmente superado, ainda assim ruirá na barbárie que caracteriza a sua força civilizatória.

Estamos, pois, de acordo com Barreto (2022, n.p.) e dizemos apenas o seguinte: “Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro”. Se seremos capazes de matar o insaciável monstro da burguesia, que quanto mais come, mais tem fome, já é outro assunto. Enquanto isso, a síntese de Rosa se demonstra fiel à realidade, pois, dia após dia se avizinha de nós não o socialismo, mas revela-se a barbárie como a única face que se mantém viva de uma sociedade que, ao permanecer, apodrece sobre suas próprias bases.

O fato é que, verdadeiramente, o motor da história seria, para Marx, a contradição. Mais especificamente, a das classes em luta. E o que Dardot e Laval – que nem sequer consideram as classes – não parecem compreender, é que o capitalismo e sua estratégia neoliberalizante se modificam justamente para que esta sociedade permaneça. E é essa transformação que oculta aos desatentos o caráter conservador por ela portado. Conservadorismo este que ergueu uma sociedade capaz de criar as condições de superação do sofrimento coletivo, mas que não o faz, pois tal superação contradita a sua própria existência.

Lamentavelmente, quando tentam ser irônicos, nossos autores acertam na realidade: a burguesia, e não apenas para o marxismo, é mesmo um sujeito coletivo que perdura no tempo – *ainda*, acrescentamos por conta própria. Isso não quer dizer que ela seja um sujeito eterno, assim como tampouco foram os Tzares na Rússia; fato que não os impediu de perdurar muito mais no tempo do que a própria burguesia aparentemente perdurará enquanto classe dominante, haja vista a degradação do planeta legada à nossa e às gerações porvindouras. Por isso, inclusive, é que o marxismo permanece atual, como foi bem observado pelos autores já na introdução de *A nova Razão do Mundo*. Permanece atual e mais atual do que nunca, pois, gostem ou não Dardot e Laval, o neoliberalismo, e as suas tragédias, seguem sendo explicadas pela Lei do valor.

Os franceses afirmam que os marxistas fazem da “economia a única dimensão do neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2023, p. 24). Ora, a crítica liberal da existência de um fatalismo economicista na concepção de Marx não é nova e abstém-se do rico debate acerca do processo de formação da consciência que será determinada pelas relações travadas na

materialidade da vida pelos seres sociais, os quais antes de satisfazer as necessidades da fantasia, precisam satisfazer as necessidades do estômago, como bem demonstrou Marx (2014).

Tivessem Dardot e Laval se debruçado seriamente sobre a obra de Marx, poderiam capturar não apenas as implicações que a materialidade da vida traz à construção da subjetividade quando se estão em jogo questões substanciais, como a ameaça à garantia da reprodução biológica do ser. Seria ainda possível compreender que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” (Marx; Engels, 2007, p.47). Isso quer dizer que se a consciência do entregador de aplicativo, que vê no espelho um empreendedor competitivo, não faz dele nada mais que um reproduzidor de ideias que não são suas e que tampouco correspondem à realidade de uma superexploração aparentemente autogerida.

Tampouco “a estranha faculdade do neoliberalismo de se estender por toda parte apesar de suas crises e das revoltas que suscita em todo o mundo” (Dardot; Laval, 2023, p. 21), lhes pareceria assim tão estranha, se tivessem novamente examinado com atenção a obra Marxiana. Foi esta que revelou o caráter eminentemente expansionista do capitalismo, que permitiu sua constituição como uma universalidade. Este modo de ser não involuiu; ao contrário. O neoliberalismo justamente é resultado e dinamizador do processo de mundialização do capital, como afirma Chesnais (1996), que associa o caráter expansionista do capitalismo sob a direção do capital portador de juros a uma dada política e a uma dada ideologia.

É ainda o neoliberalismo a forma mais capaz de fazer do Estado um capitalista total ideal (Mandel, 1982), que a qualquer custo precisa criar contratendências de crescimento econômico, habilitado a criar as condições adequadas para a reprodução de um novo modo de ser, necessário a sua manutenção. E tudo isso só se torna possível graças à faculdade portada pela sociedade burguesa de se estender por toda parte, apesar de suas crises e das revoltas que, desde a Primavera dos Povos de 1848, passou a suscitar pelo mundo.

Considerações finais

Dardot e Laval querem nos dizer que suas pesquisas revelam a verdadeira face neoliberal, e seus artificios de poder, que resultam na sujeição dos indivíduos. Essa sujeição não seria uma relação puramente vertical, pois a gerência do Estado teria se espalhado socialmente, norteando o comportamento individual, controlando suas almas e corpos e impondo a cada um o controle de si mesmo. Os indivíduos/empresas que competem entre si, no entanto, resultam de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” (Dardot; Laval, 2023,

p. 34) que engendram a tal nova racionalidade do mundo, que os autores expõem como um processo livre de teleologia. Não indicam a quem tais processos beneficiam ou ferem, justamente porque, segundo eles, não há o que chamam de “orquestramento”. O processo social trata-se, assim, da simples obra do caos, capaz de proporcionar um engajamento múltiplo, aleatório e independente de um ultrapassado interesse de classe. O desenvolvimento social não porta mais sentido e finda-se em si mesmo, admitindo fundamentos incognoscíveis.

Dardot e Laval, em seu neoidealismo pós-estruturalista, são capazes de perceber e descrever características concretas da sociabilidade neoliberal e alcançam consequências genuínas deste processo. Fortalecem-se ainda na dificuldade enfrentada pelos marxistas, que, sob as influências da Terceira Internacional, pouco desenvolveram estudos substanciais sobre o movimento da subjetividade no curso do processo histórico contemporâneo. No entanto, seu ultra-subjetivismo não atinge o núcleo duro que responde pelas inegáveis transformações operadas no ser social, restritos que estão à epiderme do problema sobre a qual flutuam.

Os franceses não percebem, principalmente, que a crise do neoliberalismo nada mais é que a incapacidade por ele portada para cumprir a tarefa de recompor as taxas de lucro, ainda que a política dos mais distintos governos, dos mais distintos países portem como *finalidade primeira* a garantia da transferência do maior *quantum* possível de valor real para encarnar os capitais fictícios. E, nesta direção, seja para garantir a apropriação do fundo público, o financiamento da guerra, ou a espoliação do que ainda resistiu a ser expropriado, a irracionalidade neoliberal é a lógica que expressa o capitalismo decadente, que só pela mediação da violência e do cerceamento irrestrito do ser pode manter-se de pé.

Se o neoliberalismo lhes parece a nova razão do mundo no qual o exercício do poder, não tem razão de ser, conforme sintetizam Dardot e Laval, tal construção se confunde com os elementos do irracionalismo por trás de seus autores. Estes, importa salientar, tal qual o Estado neoliberal, constituem sua obra em perfeita compatibilidade com o capitalismo tardio, na medida em que não o enfrenta. Há, portanto, um conteúdo conservador nos autores, ainda que este se apresente numa forma transgressora, pois seus argumentos obliteram os fundamentos do neoliberalismo e não podem dar conta de nada além do que está imediatamente posto.

Dardot e Laval descredita o marxismo, pois não os interessa romper as margens da sociedade burguesa. Daí surge o fatalismo que os impede de identificar a construção de “uma nova razão no mundo”, comprometida com a emancipação humano-genérica. Afinal, é o neoliberalismo que lhes importuna e nada mais. Tais aliados da crítica precisam ser, portanto, questionados. E para isso, invocamos novamente a poesia dos anos 1980: “Quem é o inimigo, quem é você?” (Russo, 1984). Ou, ainda, de que serve a crítica que não ajuda na construção das

duras lutas que precisam ser travadas para derrotar não apenas a forma contemporânea que o capital utiliza para seguir, mas a totalidade de uma sociabilidade para a qual o lucro vale mais que a chance de seguirmos vivos?

Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências. In: *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. (Org.) Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARRETO, E.S. *Se ao correr o monstro pega e ao ficar o monstro come, mate o monstro*, 2022. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/se-ao-correr-o-monstro-pega-e-ao-ficar-o-monstro-come-mate-o-monstro/> Acesso em: 20 de ago. 2023.
- BEHRING, E. R. *Fundo Público, Valor e Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2021.
- BEHRING, E. R. *Brasil em Contrarreforma – Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEHRING, E. R. *Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da democratização*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22081/14590>. Acesso em: 20 de ago. de 2023.
- BOITO, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. In: *Crítica Marxista* nº 50. São Paulo: IFCH-Unicamp, 2020.
- CHENAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Ed. Xamã, 1996.
- COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo – ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editora, 2023.
- DEMIER, F. A. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FRIDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. Coimbra: Actual editora, 2023.
- FONTES, V. *O Brasil e o Capital Imperialismo – Teoria e história*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ-EPSJV e UFRJ, 2010.
- GRANEMANN, S. A. O capitalismo “puro”, Estado e fundo público. In: *Teoria Social, Formação Social e Serviço Social*. Pesquisas marxistas em debate. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2018.
- HARVEY, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- HARVEY, D. *Condição Pós-moderna*. 7ª. Edição. São Paulo, Ed. Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, M. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetice – Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LEFEBVRE, H. *Lógica Formal, lógica dialética*. 2º edição. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979.
- LENIN, W.I. *O Imperialismo. Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classes. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.
- IASI, M. L. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideias. In: *Política, Estado e ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017. p. 85-112.
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: *Dialética da Dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular, 2022. p. 167-216.
- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- MARX, K. *O Capital: crítica da Economia Política. Livro II*. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MARX, K. *O Capital. Crítica da economia política. Livro III*. Edição de Friedrich Engels. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a edição, 1986.
- MARX, K. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Lafonte, 2018.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. São Paulo: Ed. Boitempo/UNICAMP, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NETTO, J.P. Introdução ao Método na Teoria Social. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.
- NETTO, J.P. Posfácio. In: COUTINHO, C.N. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.
- NETTO, J.P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- NETTO, J.P. Lukács, G. — Tempo e modo. In: *Georgy Lukács*. São Paulo: Editora Ática, 1981. p. 25-56.
- RODRIGUES, M.P. *Michel Foucault sem espelhos: um pensador proto pós-moderno*. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro Escola de Serviço Social, 2006.
- RUSSO, R. Soldados In: *Legião Urbana*. Rio de Janeiro: EMI, 1984. Faixa 9.
- TROTSKY, L. *A História da revolução russa. Volume I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- VIANNA, H. 300 Picaretas. In: *Paralamas do Sucesso*. Vamo batê lata. Rio de Janeiro: EMI, 1995. CD 2. Faixa 17.